

Entre Bolívar e Monroe: o Brasil nas relações interamericanas	Titulo
Fernandes, Tiago Coelho - Autor/a;	Autor(es)
Las relaciones interamericanas : continuidades y cambios	En:
Buenos Aires	Lugar
CLACSO	Editorial/Editor
2008	Fecha
	Colección
Doctrina Monroe; Capitalismo; Dependencia; Hegemonía; Integración; Historia; Relaciones interamericanas; Bolívar, Simón; América Latina;	Temas
Capítulo de Libro	Tipo de documento
"http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20160316032815/08coel.pdf"	URL
Reconocimiento-No Comercial-Sin Derivadas CC BY-NC-ND http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/deed.es	Licencia

**Segui buscando en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO**

<http://biblioteca.clacso.edu.ar>

**Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)**

**Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)**

**Latin American Council of Social Sciences (CLACSO)**

[www.clacso.edu.ar](http://www.clacso.edu.ar)



Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales  
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais  
Latin American Council of Social Sciences



Tiago Coelho Fernandes\*

## ENTRE BOLÍVAR E MONROE: O BRASIL NAS RELAÇÕES INTERAMERICANAS\*\*

É AINDA UM DESAFIO compreender as barreiras entre os brasileiros e o extenso território tradicionalmente chamado *Nuestra América*. Talvez, justamente porque as revisões comparativas nos colocam diante de espelhos, acabamos sempre enveredando por algum labirinto. Parafraseando ainda Saramago, algumas vezes o Brasil segue como uma gigante nau de pedra, lançada ao Atlântico mais ou menos à deriva, seguindo rumos alheios aos de nossa vizinhança. Em nossa herança colonial, o oceano se torna um rio de fácil navegação, enquanto a bacia do Prata e, especialmente, os Andes e a Amazônia se apresentam como obstáculos naturais intransponíveis. Respostas que apelam às barreiras geográficas, culturais ou linguísticas, embora reais, perdem consistência quando apresentadas por si só, naturalizando as identidades nacionais e culturais construídas principalmente a partir dos movimentos de independência.

\* Historiador, mestrando em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador associado ao Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense.

\*\* Agradeço a Andreza Prevot, companheira de todas as paixões e colaboradora na formação, assim como aos professores Luis Suárez Salazar, Tania García Lorenzo e Carlos Walter Porto-Gonçalves pelo incentivo, diálogo e compreensão constantes.

Atualmente, o tema da integração continental ganha força, sob diferentes matizes. Encontra-se em aberto tanto a possibilidade de uma integração a partir de baixo, que passe pela construção a nível continental de projetos alternativos ao atual *status quo*, como de uma integração via mercado, subordinada aos centros de comando do capital. A posição atual do Brasil amplia os efeitos dos rumos que o país venha a tomar. Neste trabalho, indagamos as causas históricas, políticas e econômico-estruturais mais profundas que determinaram que ser americano no Brasil tivesse um significado diferente de ser americano na Venezuela, no Peru ou no México. Busco desenvolver uma análise crítica da construção da alteridade (e dos pontos de identidade) entre Brasil e América. Começarei pelo contexto do século XIX, quando se estrutura a relação de dependência e se formam os discursos nacionais; em seguida acompanharemos a virada de séculos, quando ocorrem transições tanto no sistema político brasileiro como na configuração do capitalismo e finalizarei apontando alguns elementos para o debate sobre as atuais perspectivas do Brasil no continente.

### UM IMPÉRIO ENTRE REPÚBLICAS (1822-1889)

A crise do sistema colonial, que recebeu o golpe final com a invasão da península Ibérica pelas tropas de Napoleão, teve conseqüências opostas em domínios espanhóis e portugueses. Enquanto a monarquia espanhola deixava um vácuo de poder que abria caminho para a rebelião da elite crioula colonial, a casa portuguesa dos Bragança se preservava, transferindo a corte e o centro do poder imperial para o Rio de Janeiro. O quadro que se delineia a partir das independências abre uma relação de aproximação e desconfiança recíproca. De um lado, o caso peculiar de um país que se estrutura sem alteração de regime, formando um império quando a Santa Aliança ainda ameaçava os impulsos emancipatórios na América como na Europa. Do outro, um mosaico de repúblicas “jacobinas”, lideradas por aqueles que defendiam princípios dos quais a elite brasileira se afastara no processo de independência.

Em 1826, Simon Bolívar toma a primeira iniciativa para o debate de um projeto de unidade continental. Com nome de inspiração helênica, o Congresso Anfictônico reuniu-se no Panamá com representantes das repúblicas então constituídas. O governo brasileiro recebeu através do representante colombiano em Londres, Manuel José Hurtado, uma nota datada de 07 de junho de 1825 que chamava a participar do encontro, explicando que este era conseqüência natural da “identidade de origem, interesses e sentimentos dos povos da América antes espanhola” e da necessidade de os novos Estados coordenarem ações comuns. Hurtado já registrava a singularidade do Brasil em relação às repúblicas desgarradas da Espanha e o aproximava dos Estados Unidos, argumentando entretanto que “entre os objetos de deliberação da Assembléia há

alguns de considerável importância que interessam não só aos governos instituídos nas províncias antes espanholas, mas às demais potências americanas e particularmente ao governo de Sua Majestade Imperial Brasileira” (*Cadernos do CHDD*, 2003a: 17-18).

Na documentação que se sucede ao convite, encontram-se instruções do governo imperial no sentido de acompanhar discretamente as movimentações estadunidenses, assim como uma curiosa sugestão do representante em Londres para que o Brasil exercesse sua primazia no congresso, presidindo-o ou deliberando que as assinaturas nos documentos finais seguissem sempre ordem alfabética, de modo a garantir que o nome do país estivesse sempre em primeiro plano (*Cadernos do CHDD*, 2003a: 27). Em decreto de 25 de janeiro de 1826 o imperador nomeou Theodoro José Biancardi ministro plenipotenciário ao congresso, mas este se deteve no caminho entre o Rio de Janeiro e Salvador, não se sabe se por deliberação superior ou por dificuldade de locomoção.

Para além das manifestações protocolares, esse episódio prenunciava uma relação de desconfiança recíproca entre império e repúblicas, expressa tanto nas pautas distintas de política externa, como pelo discurso da elite imperial. Neste, a unidade territorial e a estabilidade eram componentes fundamentais da identidade nacional em formação. Desta forma, articulou-se desde cedo o ideal do vasto território, cuja solidez das instituições aproximava do centro da civilização e era personificada na figura do monarca, em contraste com o mosaico de repúblicas instáveis, sujeitas aos caprichos dos caudilhos e demagogos de turno e aos riscos dos clamores das massas, cujo caso extremo era a revolução negra do Haiti, que como se sabe, tornou-se sinônimo de ameaça às classes proprietárias.

Em contrapartida, as lideranças republicanas expressavam seus receios com o Império, como notou o diplomata Miguel Maria Lisboa, cuja simpatia por uma maior aproximação da América do Sul foi registrada posteriormente no relato em que buscava contribuir para diminuir a “ignorância sobre o estado de civilização” das repúblicas vizinhas (Lisboa, 1866: 1). Em 1838, no Chile, relatava que apesar de notar uma simpatia geral com o Brasil, havia receio em incluí-lo em um projeto de liga americana, em geral referida como de repúblicas hispano-americanas e chamava atenção para uma conversa com o ministro chileno em que este argumentava “que os Estados Unidos deviam entrar na liga, porque *suas instituições naturalmente os separavam da Europa*. Esforcei-me então por fazer ver que nada tinha de comum a forma de Governo com o objeto em questão; e que precisamente no Brasil o espírito de americanismo crescia a par do afínco à Monarquia; que pelo contrário me parecia que os Estados Unidos se uniam mais com as Potências Européias, e posto que se portassem com mais decência do

que a França e a Inglaterra, contudo também algumas vezes nos apoquentavam” (*Cadernos do CHDD*, 2003a: 73-74; ênfase no original).

O reverso do prematuro distanciamento institucional são algumas experiências que ajudam a refletir sobre possibilidades abortadas de aproximações. Celso Furtado se refere a duas correntes nos processos de independência: uma de corte popular, na qual podemos incluir desde as rebeliões indígenas, a revolução haitiana, as “republiquetas” andinas e as tropas montoneras no Prata até setores radicalizados da elite crioula que se expressam nas proclamações e decretos de Hidalgo e Morelos, Artigas, Moreno, Belgrano e Miranda; a outra identificada com o ideal de modernização liberal burguesa, integrada ao comércio internacional, esforçada em manter o compromisso com a aristocracia *mantuana*, cujo projeto se tornou vitorioso ainda na fase de consolidação dos Estados (Furtado, 1972: 19-25; Guerra Vilaboy, 2006: Capítulo 4)<sup>1</sup>.

No Brasil, as tendências populares foram prematuramente sufocadas com a “interiorização da metrópole” (Dias, 1982). Ainda assim, em torno de movimentos como Conjuração dos Alfaiates (Bahia, 1798), Revolução de Independência (Recife, 1817), Confederação do Equador (Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, 1824) e Revolução Praieira (Recife, 1848) circularam personagens como Cipriano Barata, Abreu e Lima, Frei Caneca, Domingos José Martins e Antônio Gonçalves da Cruz “Cabugá”, que expressavam uma corrente liberal com tonalidades radicais: republicana, constitucionalista, antilusitana e conectada com outros revolucionários americanos. Martins chegou a se aproximar de Francisco de Miranda e Cabugá apresentou-se como diplomata do movimento de 1817, buscando sem sucesso o apoio de Monroe.

A Confederação do Equador, ocorrida quando Bolívar completava sua campanha libertadora e os governos de Washington e Rio de Janeiro trocavam o reconhecimento da doutrina Monroe e o da independência, se rebelou em reação ao fechamento da Assembléia Constituinte por D. Pedro I, anunciando em seu manifesto a necessidade de partilhar de um destino comum na América: “Eia, pois, brasileiros, tratemos de constituir-nos de um modo análogo às luzes do século em que vivemos; o sistema americano deve ser idêntico; desprezemos instituições oligárquicas, só cabidas na encanecida Europa” (Bonavides e Amaral, 2002: 787).

Joaquim do Amor Divino, o Frei Caneca, revolucionário de 1817 e 1824, executado na repressão a esta última, ecoava em sua tribuna

---

<sup>1</sup> Celso Furtado considera Simon Bolívar uma expressão autêntica dessa corrente europeizante. A meu ver, o pensamento do Libertador contém os elementos contraditórios de um indivíduo que, sem romper completamente com as concepções de sua classe, se abre em alguns momentos às demandas de setores populares.

–O *Typhis pernambucano*– a onda emancipatória do continente, discutindo a constituição mexicana e celebrando os avanços das tropas libertadoras por Peru e Bolívia, saudando sua proximidade com as fronteiras brasileiras. Ainda como fruto das derrotas republicanas, o caminho encontrado por alguns de seus protagonistas foi a bolivariana Grã-Colômbia. Emiliano Mundurucu, alferes rebelde em 1817 e oficial do governo republicano de 1824, refugiou-se em Puerto Cabello, onde redigiu um manifesto oferecendo seus serviços castrenses, “conservando as mesmas idéias e os mesmos sentimentos”. O poeta José da Natividade Saldanha foi secretário do governo da Confederação do Equador e após se refugiar entre a América do Norte, Europa, Bogotá e Caracas, publicou nesta capital um panfleto em que defendia o divórcio, desatando uma polêmica com o cura Francisco Margallo (Chacon, 1983b: 15-41).

Mais longe chegou José Inácio de Abreu e Lima, que vira o pai ser fuzilado na repressão à revolução de 1817. Exilado, integrou-se à luta contra o domínio espanhol, chegou ao posto de general do Exército Libertador e foi incumbido pelo próprio Bolívar a escrever sua defesa. Não conseguiu fugir das inúmeras intrigas que rondavam a formação do novo país e retornou a sua terra natal, onde tomou parte na insurreição de 1848, ajudou a difundir os primeiros conceitos do socialismo e, respondendo a provocações de seus inimigos, aceitou de bom grado o epíteto de “General das Massas”<sup>2</sup>. Pouco antes de morrer, em carta ao venezuelano general José Antônio Paez, lembra de sua adesão às lutas de independência: “Então eu não tinha pátria, e fiz de Colômbia a minha pátria” (Chacon, 1983a: 231).

De volta às relações diplomáticas, vimos que as iniciativas de encontros que já eram recebidas friamente quando havia a preocupação com o reconhecimento da independência, foram submetidas à agenda política do II Reinado. Ademais, malgrado o projeto bolivariano com o fracasso do congresso do Panamá, a morte de seu inspirador e a separação da Grã-Colômbia, a ação no âmbito dos Estados latino-americanos recuou dos planos unitários, que possibilitariam avançar no sentido de uma confederação. Os congressos a partir de então se resumiram a esforços pontuais de traçar estratégias defensivas diante de ameaças externas iminentes. Em 1847 reuniu-se em Lima novo Congresso Americano, alarmado pelas agressões dos Estados Unidos contra o México e pelos rumores do apoio espanhol aos planos do general equatoriano Juan José Flores de constituir uma nova monarquia no continente.

---

2 Fiel a Bolívar no processo de dissolução da Grã-Colômbia, Abreu e Lima tomou inimizade pelo general Francisco de Paula Santander e outros chefes político-militares criollos. Ao jornalista Antônio Leocádio Guzmán respondeu os ataques impressos com golpes de sabre.

Convidado, o imperador consultou o Conselho de Estado dois anos antes da realização do encontro, onde se considerou conveniente a participação brasileira, elaborando minuciosas instruções. Considerando a necessidade das ex-colônias se esforçarem por “conciliar suas pretensões opostas” e prevenir os conflitos internacionais, os conselheiros registram a necessária preeminência do Brasil. Os principais interesses defendidos pelo plenipotenciário brasileiro deveriam ser a defesa dos rios navegáveis ante o assédio das grandes potências, para a qual se julgava as repúblicas incapazes; o ajuste de questões de limites; o rechaço ao canal do Panamá, que reduziria drasticamente a circulação de navios com escala na costa brasileira; o acerto de acordos de extradição, de interesse especial para um país escravocrata cercado de territórios onde a abolição já ocorrera ou se avistava no horizonte. Recomendava-se ainda que a reunião fosse apenas preparatória, e não deliberativa, com a certeza de que os convocantes consideravam inimigos os governos regulares, especialmente os monárquicos:

Esses nossos conterrâneos vivem na mais dura opressão entre a guerra civil e o aventureiro que, à custa dos maiores crimes e atentados, consegue por alguns meses a posse da autoridade soberana para tyrannizar seus compatriotas e, entretanto, receiam até o contato com as monarquias representativas afigurando-se-lhes que soem elas esbulhar os povos de seus foros e liberdades (Rezek, 1978: 389-390).

Nos anos seguintes, se sucederam novas e maiores ameaças à integridade dos Estados americanos. O Tratado Guadalupe-Hidalgo, as agressões filibusteiras à América Central, a imposição pela França do imperador Maximiliano no México (1862), a ameaça espanhola ao Peru, o aumento das tensões na região do Prata reativaram os esforços de ação comum. O chileno Francisco Bilbao deixou um belo panfleto de defesa do projeto bolivariano. Escrevendo trinta anos depois do Congresso do Panamá, o autor lamenta que o continente se mantivesse na condição de “Estados Des-Unidos de la América del Sur”. Demonstrando o avanço de uma consciência antiimperialista, convoca a uma unificação do pensamento, da alma, avaliando que “é chegado o momento histórico da unidade da América do Sul; abre-se a segunda campanha, que à independência conquistada agregue a associação de nossos povos”. No entanto, em aparente referência ao Brasil, lembra que não se deve confundir unidade com centralização monárquica e avisa: “Se tal é a unidade, não a queremos” (Zea, 1995: 55).

A essa altura, os representantes brasileiros já consideravam utópicos e distantes dos interesses nacionais os congressos continentais, notando a

exclusão sistemática do Império, junto aos Estados Unidos. Antônio Pedro de Carvalho Borges, encarregado de negócios no Chile, relatava:

Houveram aqui desconfianças de que o Império não era estranho aos projetos de monarquizar a América [...] Hoje porém estão muito desvanecidas essas prevenções; ao mesmo tempo que não se conta mais com o Brasil para a propaganda da “União Americana”, pois esta só parece agora referir-se aos países Republicanos, entre eles os Estados Unidos, invocando-se a “Doutrina Monroe”; a mesma que era antes aplicada por meio de Walker e mais flibusteiros (*Cadernos do CHDD*, 2003b: 44-45).

O governo imperial se esforçava entretanto em manter relações amistosas com as repúblicas, evitando tensões desnecessárias. Instruindo o representante para o Peru, Chile e Equador em 1864, Francisco de Varnhagen<sup>3</sup>, o ministro brasileiro explicava que até então não havia postura oficial quanto ao reconhecimento do imperador Maximiliano, recomendando que se antecipasse esse movimento, pois o Brasil não lançara nenhum protesto ao ato “que demais foi precedido de todas as circunstâncias e fórmulas modernas que legitimam as nacionalidades com o voto universal, etcetera”. Buscava ainda legitimidade no procedimento idêntico seguido pelo governo de Washington (*Cadernos do CHDD*, 2003b: 168-169).

O que vimos até agora nos permite esboçar alguns elementos básicos da posição do império na América:

- Com o sufocamento prematuro das correntes populares que apontavam para a construção de uma identidade americana, se impôs o componente autoritário na formação do Estado brasileiro.
- A visão da classe dominante se direcionava para a Europa como centro político, cultural e econômico da “civilização moderna”, da qual a elite brasileira se considerava parte.
- A política americana dava o contraponto, sendo o diálogo (ou sua ausência) entre Brasil e América profundamente marcado pelo antagonismo dos regimes. A idéia de uma nação unificada, grandiosa, estável; obra que alguns consideram tanto ou mais de D. João VI do que de D. Pedro II, era tema central de historiadores e articuladores do incipiente discurso nacional como Varnhagen e Von Martius e se articula desde cedo com a alteridade em relação aos Estados vizinhos, desenhados como um

---

3 Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto-Seguro (1816-1878), historiador e diplomata. Entre os países americanos, cumpriu missão no Paraguai, Nova Granada, Equador, Venezuela, Chile e Peru, posto que abandonou pelo apoio desse país ao Paraguai na guerra iniciada em 1864.



quebra-cabeça institucional anárquico, atrasado e débil diante das pressões externas<sup>4</sup>.

- O sentimento de superioridade justificava uma identidade maior com a potência do norte, fundamentando a idéia de duas Américas, com uma liderança natural do Brasil sobre o sul.
- O que bloqueava a perspectiva unitária era a semelhança entre estruturas dependentes dos centros de expansão imperialistas, agroexportadoras de *commodities* similares, incapazes de originar uma classe social que articulasse projetos de desenvolvimento autônomo ou acolhesse as demandas das maiorias populares. Tal dilema se colocou de forma mais explícita para o Brasil, mas permeou também as iniciativas defensivas, políticas e econômicas de inspiração bolivariana surgidas no século XIX. O próprio Bolívar notaria os entraves ao seu plano mais ambicioso<sup>5</sup>.
- O referido desinteresse brasileiro se expressava numa política que podemos considerar como a de um império não imperialista. Com exceção da região do Prata, a tendência da orientação imperial era de restringir seu envolvimento nos negócios continentais ao fundamental<sup>6</sup>. Mesmo nos casos de tentativas de imposições de monarquias, a reação não foi tão entusiástica quanto se poderia esperar.

### A ADESAO AO MONROÍSMO (1889-1912)

No final do século XIX, o quadro das relações interamericanas começa a se redesenhar, com o recrudescimento da ação imperialista norte-americana no continente. Os Estados Unidos, dispostos a consolidarem sua hegemonia, deram nova roupagem à doutrina Monroe, sob o signo do pan-ameri-

---

4 O alemão Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) venceu, em 1843 o concurso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sobre como escrever a história do Brasil. Como Varnhagen, associava o regime monárquico à grandeza do país e repudiava os princípios republicanos no continente. Ambos são considerados fundadores do ofício de historiador no Brasil.

5 Como se pode verificar em sua célebre Carta de Jamaica.

6 O interesse estratégico e as disputas pelo controle da bacia platina remontam à época colonial. D. João VI, hoje celebrado como estadista da estatura de um Napoleão, inaugura a política intervencionista com a invasão da Banda Oriental em 1811, onde se desenvolviam os movimentos de independência liderados por Artigas. As tropas luso-brasileiras se retiraram em 1828, quando se reconhece a independência do Uruguai, mas as disputas e as alianças com as diferentes facções de Uruguai, Argentina e Paraguai desbordaram ainda nos conflitos de 1825, 1851, 1854 e a nova invasão do Uruguai em 1864 que culminou com a guerra total entre a Tríplice Aliança e o Paraguai (1864-1870).

canismo. Seriam marcas dessa nova fase a I Conferência Pan-americana (1889), a guerra Hispano-americana (1898) e o corolário Roosevelt à doutrina Monroe (1904), com uma retórica baseada na ideologia da existência de valores, origem e destino comuns ao “hemisfério ocidental”, em alguns momentos invocando de forma difusa os precedentes de Bolívar.

Se os encontros continentais realizados até então não haviam gerado qualquer comprometimento formal do governo brasileiro, a receptividade ao monroísmo e ao pan-americanismo *made in USA* se expressara desde os tempos de D. Pedro I. Com o novo regime, buscou-se formular uma visão americana própria. Já o Manifesto Republicano de 1870 afirmava a necessidade de romper o isolamento e adaptar o regime brasileiro ao sistema americano: “Somos da América e queremos ser americanos. A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos” (Bueno, 1995: 24).

Com a Conferência Pan-americana ainda em andamento, foi proclamada a república no Brasil. O encontro teve lugar em Washington, prolongando-se por cerca de um ano a partir de outubro de 1889 (Bueno, 2004: 68). Seus resultados imediatos foram aquém dos projetados pelo governo de Washington, porém a presença massiva de representantes dos governos do continente, a continuidade dos encontros por um longo tempo com a hegemonia inquestionável dos Estados Unidos, a criação da União Internacional das Repúblicas Americanas, sucedida pela Organização dos Estados Americanos em 1948, indicam um considerável sucesso político em lançar as bases do pan-americanismo, sedimentando a via para sua expansão econômica<sup>7</sup>.

A alteração de regime político no Brasil determinou uma reorientação imediata da sua política externa. A delegação imperial enviada a Washington levava instruções que alertavam para os passos hegemônistas do anfitrião e recusavam propostas como o arbitramento obrigatório, além de expressar reservas a um evento de contornos americanos muito exclusivistas aos olhos monarquistas. Após o 15 de novembro, o delegado brasileiro foi substituído por Salvador de Mendonça e o ministro de relações exteriores por Quintino Bocaiúva, ambos signatários do Manifesto Republicano. A nova diretriz aceitava o princípio do arbitramento obrigatório e requeria a tradução das instruções originais para o “espírito americano” (Bueno, 1995: 27-29).

Porém, com uma mudança de regime que trazia poucas transformações estruturais, a americanização da política externa republicana

---

7 Da mesma forma que a doutrina Monroe, o pan-americanismo foi atualizado e complementado diversas vezes, recebeu outras denominações, mas seus princípios básicos jamais foram negados, abandonados ou superados, ecoando em iniciativas como o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN) e das Américas (ALCA), os Tratados de Livre Comércio (TLC), o Plano Puebla-Panamá.

manteve em boa medida as premissas do Império. Em alguns momentos, se buscava a legitimidade da nova política na continuidade em relação ao antigo regime. O historiador Moniz Bandeira menciona a divisão geopolítica entre América do Norte e do Sul que desde a fase imperial orienta a atuação da diplomacia brasileira e pauta a relação com os Estados Unidos. Elegendo a América do Sul como sua zona de influência, o Brasil manteve postura semelhante em situações distintas durante os dois períodos: protestou contra o bombardeio espanhol a Valparaíso em 1866, reagiu à tentativa estadunidense de interferir nas negociações de fronteira com o Peru (1908) e ao ultimato dado ao Chile pelo pagamento da dívida (1909); por outro lado, tratou com indiferença a monarquia de Maximiliano no México, apoiou as intervenções estadunidenses na Guerra de 1898, realizou gestões com Argentina e Chile pelo reconhecimento do Panamá (1903), além de silenciar-se diante da agressão estadunidense à Nicarágua em 1910 (Moniz Bandeira, 2005; Bueno, 1995: 150-152).

Portanto, é necessário tratar a posição brasileira para além da mera submissão ao imperialismo. Florestan Fernandes analisa o desenvolvimento capitalista na América Latina em quatro etapas: a colônia; o neo-colonialismo (primeira metade do século XIX), caracterizado pela dominação externa indireta; a fase imperialista, ou do imperialismo restrito, quando se estrutura o capitalismo dependente e o imperialismo total, cujo traço específico “consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social” (Fernandes, 1981: 25). Essas etapas se sucedem historicamente, mas não de forma linear, sendo que apenas alguns países passaram por todos os tipos de dominação externa, a saber, Argentina, Brasil, Chile, México, Uruguai. A partir desses aportes podemos falar, ao menos no caso brasileiro, de uma dependência complexa, na qual o “projeto nacional” da burguesia converge com a dominação externa.

Gurgel do Amaral, secretário da Embaixada brasileira em Washington sintetizou essa visão, considerando que “O princípio fundamental da política internacional dos Estados Unidos constitui também um dos princípios vitais da política internacional do Brasil” (Burns, 2003: 187). Concepção que se tornaria mais famosa na versão posterior do “que é bom para os Estados Unidos é bom o Brasil” (Almeida, 2003). Essas hipóteses podem auxiliar a compreender não apenas essa adesão oficial brasileira ao pan-americanismo, como a aparição tardia, só na década de 1950, de um consistente movimento antiimperialista<sup>8</sup>.

---

8 Note-se que os países de maior radicalização antiimperialista são justamente os que Florestan Fernandes menciona como economias de enclave, que não passaram por todas as etapas da dominação externa: Bolívia, Cuba, Nicarágua, Peru. No caso argentino, vê-se um esforço de barganhar posições entre os diferentes centros imperialistas (britânico, alemão).

O alinhamento ao pan-americanismo concretizou-se logo nos primeiros momentos da república, quando se destacam dois episódios. Quatro anos depois da proclamação, a Revolta da Armada desafiou o governo central, contrapondo diferentes facções do novo regime, representadas nas disputas entre exército e marinha pela composição do frágil poder. O marechal Floriano Peixoto<sup>9</sup>, responsável por impor a ferro e fogo a nova ordem, aceitou auxílio estrangeiro e o apoio da frota estadunidense foi fundamental para dissuadir a ação dos revoltosos (Bueno, 1995: 155-184). O outro marco, de caráter mais simbólico, foi a postura brasileira diante da guerra de 1898. A condenação ao seqüestro da autonomia dos movimentos de independência foi unânime no continente. José Martí a traduziu em um projeto liberal radical, popular e antiimperialista, que fundou uma larga tradição percebendo, como antecipara Bilbao, que os destinos de “nuestra América mestiza” e da América ianque do norte se confrontavam, ou pelo menos divergiam.

Embora oficialmente o Brasil se mantivesse neutro, representantes do governo e da intelectualidade registraram sua simpatia pela intervenção do aliado do norte. Salvador de Mendonça, que assumira a legação em Washington declarou com apenas um mês de conflito que “meu coração e simpatia estarão com o vosso nobre povo e com o Porta-Estandarte da América Republicana que está estendendo os postos avançados da liberdade humana até dentro das últimas trincheiras do passado”<sup>10</sup>. Seu sucessor recordava alguns anos depois que “foi o Brasil o único país latino que teve real simpatia pelo êxito favorável aos Estados Unidos, como a única nação do mundo que lhes vendeu navios de guerra nas vésperas do conflito” (Bueno, 1995: 151-152).

Para o intelectual amazonense José Veríssimo, a solidariedade com a libertação das Antilhas incluía a necessidade de superar as tradições hispânicas. Apesar de informado sobre os eventos, reconhece seu equívoco quanto à receptividade nos demais países do que considerava uma ação justa:

Quem escreve estas linhas [...] com seu sincero amor de ver livre o pequeno povo que há vinte e cinco anos estava lutando pela sua independência uma luta atroz e desigual, cometeu o grave erro de supor que [...] as nações hispano-americanas veriam, ao menos com indiferença, senão com satisfação, os Estados Unidos tomarem a parte daquela heróica população (Prado, 2003).

9 Sucessor do Marechal Deodoro da Fonseca que, tendo liderado o movimento de deposição do imperador D. Pedro II, sem base política, renunciou poucos dias depois de ordenar o fechamento do congresso e assumir poderes ditatoriais.

10 O autor do discurso foi advertido por seu superior.

Esses elementos formam o pano de fundo para a aliança “não escrita” que se consolidou durante a longa gestão do barão do Rio Branco<sup>11</sup>. Subscrevendo a doutrina Monroe e o pan-americanismo, traduziu-os conforme uma leitura própria da inserção do Brasil no contexto internacional, mais ameno em relação à Europa e com um caráter multilateral, no qual o Brasil desempenhasse um papel de destaque, mesmo aceitando a precedência dos Estados Unidos (Burns, 2003: 185-200). Diante do corolário Roosevelt, novamente a postura brasileira foi inversa à de seus vizinhos, aceitando positivamente seus termos, por entender que a mensagem se dirigia às pequenas e instáveis repúblicas da América Central e Caribe e que o Brasil estaria em situação análoga em relação a seus vizinhos.

A nova fase das relações interamericanas foi objeto de intensa polêmica. Em minoria estavam as vozes que denunciaram os riscos do alinhamento. Num momento ainda marcado pelo embate entre republicanos e monarquistas, um foco de crítica ao pan-americanismo eram os panfletários simpáticos ao antigo regime, geralmente em nome da defesa de vínculos com a Europa. Era o caso de Eduardo Prado (1893), que resistia à idéia de um destino comum com os Estados Unidos, denunciando o caráter instrumental da doutrina Monroe, considerando ainda uma quimera qualquer espécie de americanismo. Célebre pelo espírito irrequieto e alheio ao movimento monarquista, o historiador e diplomata Manoel de Oliveira Lima publicou um volume no qual criticava com sua ironia característica as bases do pan-americanismo, em plena gestão Rio Branco e às vésperas da Terceira Conferência Pan-americana, no Rio de Janeiro. O intelectual, que estivera pouco antes em missão diplomática em Caracas<sup>12</sup>, avalia com ceticismo a doutrina Monroe “que, com suas rugas de quase um século, continua a exercer a maior sedução” e lembra que seu caráter unilateral a tornara inútil aos demais países do continente desde a sua proclamação. No enunciado de Roosevelt notou uma expressão prática da tutela jurídica e o darwinismo aplicado às relações internacionais, embora concordasse que este não ameaçava o Brasil, que poderia já “aspirar a dividir com os Estados Unidos a ‘hegemonia hemisférica’” (Lima, 1980: 37 e 42).

---

11 José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912) era filho de um importante político do Império e esteve à frente do ministério de 1902 até o fim da vida, por quatro governos sucessivos.

12 Em dezembro de 1902, à revelia da Doutrina Monroe, navios da Inglaterra, Alemanha e Itália bombardearam portos venezuelanos em represália à moratória da dívida externa. Em resposta, o chanceler argentino fixa a “Doutrina Drago”, ignorada por Brasil e Estados Unidos. Oliveira Lima foi chefe da missão brasileira em Caracas entre 1904 e 1906.

Vale ainda destacar o pensamento de Manoel Bomfim, precursor da sociologia brasileira por muito tempo olvidado, com uma inovadora interpretação do Brasil inserido no contexto latino-americano, que se desenvolve em uma perspectiva anti-elitista e contrária às explicações baseadas no racismo cientificista então em voga. O intelectual sergipano analisa as dificuldades do continente a partir de suas raízes históricas, apontando para o parasitismo colonial herdado pelas sociedades pós-independência. Partindo da defesa da educação como base de um projeto nacional, avança na crítica de soluções que venham de fora ou de cima e se inspira na revolução mexicana para defender o caminho popular para as transformações (Bomfim, 1997; 2005).

As tribunas pró-monroístas eram muito mais amplas. Criada em 1909, a *Revista Americana* foi um espaço pioneiro no Brasil de intercâmbio entre intelectuais do continente. De caráter oficioso<sup>13</sup>, ajudava a fomentar o clima de adesão à doutrina estadunidense com a participação de colaboradores de diversos países que se dedicaram a analisar o monroísmo, seja do ponto de vista histórico, seja para intervir no debate político. O historiador Heitor Lyra desenvolve sua reflexão em ambos os sentidos e chama atenção por sua tese de que D. João VI, antecipando-se a Monroe, inaugurara uma política americanista, consolidada com os primeiros atos após a independência. Na sua leitura, a situação no período das independências se resumia à “demagogia com todas as suas conseqüências” da qual apenas Estados Unidos e o Brasil se livravam. Logo, a superioridade da organização política brasileira se deveria a que “ao redor do trono, pelas ante-salas, não estavam estadistas de faca e pistola, cortesãos ávidos de ouro, mas homens esclarecidos e sensatos, homens ilustrados, viajados e habituados à civilização européia” (Lyra, 2001: 190-192).

Intelectuais como Euclides da Cunha reafirmaram as idéias do distanciamento em relação aos vizinhos e a admiração pelos Estados Unidos<sup>14</sup>, mas o grande advogado do monroísmo no Brasil foi Joaquim Nabuco. Liberal moderado, célebre abolicionista, assumiu com entusiasmo, na última fase de sua vida, a causa da aproximação com os Estados Unidos, no que polarizava com Oliveira Lima. O ápice de seu projeto foi alcançado entre 1905 e 1906, quando recebeu a tarefa de elevar o status da legação em Washington a embaixada, a primeira de um país sul-americano e se dedicou aos preparativos da III Conferência Pan-americana,

---

13 A revista era coordenada por Arthur Guimarães de Araújo Jorge, auxiliar de gabinete do Barão do Rio Branco e tinha entre seus colaboradores grande número de diplomatas e intelectuais próximos ao Itamaraty. Foi publicada até 1919.

14 Positivista e republicano desiludido com o regime, publicou o clássico *Os Sertões* (1902), uma denúncia veemente do massacre pelo governo central do povoado rebelde de Canudos, na Bahia. Ver “Solidariedade sul-americana” e “O ideal americano” in Cunha (1975).

no Palácio Monroe do Rio de Janeiro, que coroava as relações Brasil-Estados Unidos, com a vinda do Secretário de Estado Elihu Root.

Divididos pela postura diante dos Estados Unidos, assim como pelos antigos preconceitos mútuos, o Brasil republicano não se encontrou de imediato com a vizinhança. Os desafios da aproximação ressurgiriam, sob novas bases, na segunda metade do século XX.

### **ENTRE INTEGRAÇÃO E HEGEMONISMO (1958-2008)**

Já pudemos ver que a política externa brasileira manteve ao longo da história fortes traços de continuidade. Vargas Garcia identifica um longo ciclo de pan-americanismo iniciado em 1889 que se prolonga até 1961, no qual predomina uma concepção “essencialmente monroísta” do pan-americanismo, caracterizada pela idéia de identidade natural com os Estados Unidos e por uma participação ativa na formação e desenvolvimento no sistema interamericano, culminando com o alinhamento nos marcos da Guerra Fria<sup>15</sup>. A década de sessenta marca uma ruptura, que perdurou mesmo apesar do realinhamento operado pelo governo do general Castello Branco<sup>16</sup>. No entanto, a aspiração a uma projeção autônoma e fora do continente não surgiram pela repentina tomada de consciência do novo papel do Brasil no mundo (Garcia, 2004).

### **UMA NOVA ETAPA**

A partir da década anterior estavam dadas as condições para uma nova inserção do Brasil no cenário internacional. O processo de industrialização iniciado vinte anos antes gerara uma recomposição da estrutura de classes no país, enquanto no nível internacional se acirravam processos que colocavam o pan-americanismo em questão, como as revoluções boliviana e guatemalteca, os diversos regimes populares de corte nacionalista e os movimentos revolucionários que se alastraram por todo o continente, tendo seu ápice na revolução cubana. No plano teórico, o desenvolvimentismo da Comissão Econômica da ONU para a América Latina (CEPAL) contribuiu para colocar de uma perspectiva própria a temática do subdesenvolvimento e o debate sobre os caminhos para sua superação, tendo posteriormente na teoria da dependência uma tentativa de aprofundar esse debate, segundo

---

15 O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que assentou as bases de uma definição de segurança continental, foi assinado em 1947 durante conferência no Rio de Janeiro, com a presença do presidente Harry Truman.

16 Após o golpe de 1964, o governo militar anunciou a chamada “correção de rumos”, caracterizada pelo “alinhamento automático” com o Ocidente (Estados Unidos). Porém, nos anos seguintes, a política externa da ditadura retoma uma dimensão autônoma, chegando em alguns episódios a divergir dos EUA.

as formulações de alguns de seus representantes, numa perspectiva marxista e revolucionária.

Nesse contexto, o governo Juscelino Kubitschek lançou em 1958 a Operação Pan-Americana (OPA), que representa ao mesmo tempo uma iniciativa continental pioneira do Brasil e uma das últimas tentativas de reativação de um pan-americanismo, com um caráter multilateral, antecipando uma nova fase de inserção do país nos quadros das relações interamericanas<sup>17</sup>. Esse projeto foi aprofundado a partir de 1961, em consonância com a intensificação da luta de classes no país, que teve como desenlace o golpe militar-empresarial de 1964. O novo regime representou uma derrota para as forças populares e a imposição de uma nova conformação das classes dominantes brasileiras, na qual a burguesia industrial toma a direção do projeto nacional, atualizando sob novas bases seus compromissos com os setores agrários e com os centros de poder do imperialismo.

Não é objetivo deste trabalho traçar uma história detalhada da política externa brasileira no século XX, por isso aponto alguns elementos gerais que nos ajudam a compreender os termos, agentes e questões colocadas no contexto atual. Nesse sentido, creio que é fundamental retomar as contribuições da mencionada teoria da dependência. Ruy Mauro Marini, que atuou em organizações revolucionárias no Brasil e no Chile, estabelecendo-se por algum tempo na academia mexicana, avançou nas pesquisas sobre o estágio do capitalismo na América Latina, engajando-se em intensa polêmica com as interpretações desenvolvimentistas que preconizavam a necessidade de um fortalecimento das burguesias nacionais como agentes de modernização. Por coincidência ou não, esse debate estagnou-se em algum momento entre os anos 70 e 80 e, enquanto a obra de Marini, reconhecida em todo o continente, tem um tratamento marginal no Brasil, seus antigos opositores (ou os que aderiram às teses por ele combatidas) passaram a ocupar postos importantes na academia, governos, ministérios, e mesmo a presidência da República.

## **DEPENDÊNCIA E SUBIMPERIALISMO**

Em um dos trabalhos que sintetiza suas análises, pouco após o golpe de 1964, Marini combate a idéia de que este tenha se dado exclusivamente em nome dos interesses imperialistas. Sua análise reflete dialeticamente sobre o desenvolvimento particular do capitalismo dependente e suas articulações com os centros de poder imperialistas:

---

17 A OPA teve uma fria receptividade dos governos estadunidense e americanos em geral, que desconfiavam da projeção brasileira. Suas discussões se encaminharam para a formação do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Posteriormente, com a radicalização da revolução cubana, a Aliança para o Progresso empregou conceitos e propostas similares.



A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Seu estudo é indispensável para quem deseja compreender a situação à que se enfrenta atualmente este sistema e as perspectivas que se abrem. Inversamente, só a compreensão segura da evolução e dos mecanismos que caracterizam a economia capitalista mundial proporciona o marco adequado para situar e analisar a problemática da América Latina. (Marini, 1974).

O fundamento da expansão do capitalismo nos países dependentes é a superexploração do trabalho, que garante a manutenção de níveis satisfatórios de mais-valia para uma burguesia que aceita desempenhar um papel secundário no jogo do capitalismo. As condições da industrialização dependente compõem uma nova divisão internacional do trabalho, que possibilita a ampliação e intensificação do capital a escala mundial, diversificando sua acumulação.

No entanto, seguem atuando as tendências à concentração e centralização, próprias da acumulação capitalista, ainda que agora em benefício de nações de composição orgânica intermediária. A isto corresponde, *desde o ponto de vista estritamente econômico*, o subimperialismo (Marini, 1974; ênfase no original).

Logo, o subimperialismo, se define a partir dessa reestruturação do capitalismo a nível mundial e de leis próprias da economia dependente, sendo caracterizado fundamentalmente por:

- crescimento da exportação de manufaturas;
- direcionamento da produção para a indústria suntuária;
- “a integração [vertical e hierarquizada] do capital nacional ao capital estrangeiro” (Marini, 1974);
- agudização da competição internacional por mercados;
- política expansionista que vai além da competição, com o “propósito de obter, *dentro da atual partilha do mundo*, zonas de influência” e na qual já se notava na década de 60 a pretensão de garantir o controle de matérias-primas hoje consideradas estratégicas, como o gás boliviano, o petróleo equatoriano e o potencial hidroelétrico paraguaio (Marini, 1974; ênfase no original);
- exportação de capitais impulsionada pelo Estado, além da associação com grupos financeiros estrangeiros que sustentavam a exploração de matérias-primas na América do Sul e na África;

- aceleração do processo de monopolização e desenvolvimento do capital financeiro.

Assim, o autor descarta o argumento de que a expansão externa brasileira fosse motivada pela necessidade de atender às demandas do capital estrangeiro investido no país e reforça sua tese de que na atual fase do imperialismo se observa o surgimento de pólos regionais que, sem romper com a condição de dependência, alcançam uma relativa ascendência sobre seus vizinhos. Avançando na sua análise, Marini conclui:

A concreção histórica do subimperialismo não é uma questão meramente econômica. A existência de condições propícias ao seu desenvolvimento não assegura por si só a conversão de um país em um centro subimperialista. No entanto, pode-se afirmar que o subimperialismo corresponde ao surgimento de pontos intermediários na composição orgânica do capital a nível mundial, à medida que este progride na integração dos sistemas de produção, bem como à chegada de uma economia dependente à fase do monopólio e do capital financeiro. Igualmente, pode-se identificar o Brasil como a mais pura expressão do subimperialismo em nossos dias (Marini, 1974).

Nesse sentido, deve-se reconhecer a dimensão prática desse processo, traduzida por Marini do ponto de vista do avanço do movimento revolucionário no continente, de maneira que o subimperialismo passa a desempenhar um papel determinante na luta de classes a nível continental. Durante o regime militar-empresarial, o Estado brasileiro direcionou-se não apenas ao trabalho de contra-insurgência interna, mas a nível continental, intervindo particularmente na Bolívia, Chile, Guiana, República Dominicana e Uruguai. A expansão econômica e a atuação política brasileira nesses países e nas colônias portuguesas na África possibilitam a reapropriação do conceito de subimperialismo como uma importante categoria heurística, sem negar sua radical dimensão política<sup>18</sup>. Este é um exercício fundamental para romper discursos mistificados de um Brasil potência, líder natural da integração continental, assim como para evitar o antiimperialismo simplista que se resume à dicotomia entre Estados Unidos e América Latina.

No início da década de 1990, o intelectual brasileiro observava como a questão da integração se colocava como uma nova alternativa às condições do processo de industrialização latino-americano. Assim, notava já

---

18 O Brasil, então sob a ditadura do general Ernesto Geisel foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola em 1975, liderada pela força político-militar marxista Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), enquanto os Estados Unidos mantiveram seu apoio oficial à UNITA até 1993.

na sua origem que “o MERCOSUL assume crescente importância no plano latino-americano, contrapondo-se à política de entendimento direto com os grandes centros, desenvolvida por Chile e México, e que levou esse último país a um processo que deve terminar com a assinatura de um acordo de livre comércio com Estado Unidos e Canadá” (Marini, 1993).

Detemos-nos nas análises de Ruy Mauro Marini por sintetizarem grande parte dos debates de sua época e adquirirem impressionante vigor se revistas e confrontadas com a realidade atual. A parte final deste trabalho é um esforço nesse sentido.

## O DEBATE ATUAL

Superada a euforia fatalista do neoliberalismo dos anos 90 e com o avanço de processos de organização popular, o debate sobre os rumos do continente retoma vigor. Em artigos recentes, o argentino Claudio Katz situa bem a discussão, apontando os riscos representados pela alternativa neo-desenvolvimentista (Katz, 2006)<sup>19</sup>.

No que se refere ao tema central deste trabalho, cabe destacar que, se por um lado o auge neoliberal apontava em um sentido recolonizador, com propostas de fundamentos explicitamente neo-paname-ricanistas e intervencionistas como a ALCA, o Plano Puebla-Panamá, o Plano Colômbia e a instalação de bases militares por todo o continente; por outro lado o programa neo-desenvolvimentista que começa a tomar força não rompe com a condição de dependência e superexploração, sendo compatível com a expansão do mercado, cooperação militar, projetos modernizadores que arrasam a natureza e os povos originários, manutenção e reforço da hierarquização internacional, confirmação da divisão internacional do trabalho, etcetera.

Partindo dessas reflexões, entendo que o atual modelo de acumulação capitalista no Brasil se caracteriza por um programa neo-desenvolvimentista, em boa medida tributário do padrão implementado pós-1964. A transição pós-ditadura manteve intactas as estruturas do processo que Florestan Fernandes batizou de “imperialismo total”, o que permite analisar a condição atual a partir das tendências consolidadas nas décadas de 1960 e 1970. Por sua vez, a chamada experiência neoliberal (e o próprio regime ditatorial) no Brasil teve características muito particulares, em que o processo de internacionalização do mercado não realizou o esvaziamento do parque industrial, o enfraquecimento da burguesia local, a privatização completa e tampouco anulou a capacidade de intervenção do Estado no

---

19 Na verdade, seu mérito está em retomar com propriedade a tradicional polêmica do pensamento social latino-americano. Francisco de Oliveira, p. ex., sugere uma volta às teorias da CEPAL, superadas há quarenta anos pelas formulações mais consistentes da teoria da dependência (Oliveira, 2004).

processo de acumulação de capital nos níveis vistos em outros países americanos<sup>20</sup>. Com isso, a despeito do discurso progressista, das declarações de compromisso com uma “integração solidária”, verificamos atualmente uma projeção do Brasil sobre o continente, tomando a América do Sul como área prioritária dentro da tradicional formulação estratégica, com um sentido de expansão capitalista e um subimperialismo revigorado.

Alguns dados recentes nos ajudam no esforço de recuperar essa discussão. Se em 1972 chamava atenção que as exportações brasileiras tenham pulado de um total de US\$ 1,65 bilhões para US\$ 4 bilhões em apenas cinco anos, esse valor chegou a US\$ 118,5 bilhões em 2006 (Marini, 1977; MRE, 2007: 249). Destes, as manufaturas representavam 7% do total em 1964, saltando três anos depois para 17,8% e chegando a 26% em 1972. Atualmente, os bens industrializados representam quase a metade das exportações brasileiras, um nível consideravelmente superior ao de seus vizinhos (ver Quadro 1).

#### Quadro 1

Produto Interno Bruto (PIB), total de exportações (US\$ milhões)\* e percentual por tipo de produto\*\* dos países sul-americanos

	PIB	Exportações	Manufaturas (%)	Primários (%)	Serviços (%)
<b>Argentina</b>	219.652	41.313,5	35	50	15
<b>Bolívia</b>	10.355	2.145,5	14	73	13
<b>Brasil</b>	966.827	118.469,0	45	42	13
<b>Chile</b>	140.389	39.544,0	12	65	23
<b>Colômbia</b>	129.384	21.190,3	27	52	21
<b>Equador</b>	41.292	11.155,8	11	82	7
<b>Guiana</b>	831	640,4	-	-	-
<b>Paraguai</b>	8.633	1.687,8	9	55	36
<b>Peru</b>	89.316	17.269,1	14	66	20
<b>Suriname</b>	1.545	944,0	-	-	-
<b>Uruguai</b>	18.591	3.402,6	25	51	24
<b>Venezuela</b>	164.416	62.987,0	12	82	6

Fonte: MRE (2007: 249 e 254); CEPAL (2003).

\* Dados de 2006 de MRE.

\*\* Dados de CEPAL.

Ao mesmo tempo, os anos recentes viram um inédito processo de transnacionalização das empresas brasileiras, que se tornaram agentes de ex-

20 Tampouco foi derrotado por insurreições populares, como na Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela.

portação de capital. Em 2006, os investimentos brasileiros no exterior pela primeira vez superaram o volume de capital estrangeiro que ingressou no país (BBC, 2006; *O Estado de São Paulo*, 2007). Com os dados de 2007, os valores nesses dois anos chegam a US\$ 36,5 bilhões, superando em 6 bilhões de dólares a exportação de capitais por empresas brasileiras na década anterior (*Folha de São Paulo*, 2008). A nova etapa do subimperialismo apresenta um elemento a ser considerado, que é a ação das multinacionais, entre as quais podemos enumerar: as privatizadas Embraer, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a mineradora Vale do Rio Doce (CVRD), atual Vale; os grupos privados Odebrecht, Votorantim e Gerdau; a cervejaria Ambev que após a fusão com a belga Interbrew se tornou uma das maiores do mundo no setor; complexos agroindustriais como Sadia e Perdigão; o Banco Itaú, que investiu US\$ 2,2 bilhões pelo controle das operações do BankBoston no Brasil (G1, 2006; *O Globo*, 2006). De todas, a maior é a Petrobrás cuja estrutura híbrida permite a apropriação privada dos lucros mesmo com a manutenção do controle estatal, atualmente está presente em vinte e três países na Europa, África, Ásia e América. Na Bolívia, chegou a representar 18% do PIB e 20% do investimento estrangeiro direto. Até os decretos de nacionalização, controlava a totalidade do refino de petróleo e ¼ da distribuição de seus derivados, tendo investido US\$ 1,5 bilhões em dez anos (*UOL Economia*, 2006). Esses fatores alavancam o reordenamento dos fluxos de capitais, como se percebe no Quadro 2, que indica a duplicação da participação dos países latinoamericanos nas exportações brasileiras em quinze anos, ultrapassando as vendas para Estados Unidos e União Européia, separadamente.

**Quadro 2**

Mercados de destino das exportações brasileiras (em %)

País ou Bloco	1990	1996	2002	2006
<b>Países desenvolvidos</b>	64,2	52,5	53,9	42,0
<b>União Européia</b>	32,5	26,9	25,0	21,4
<b>EUA</b>	24,2	19,2	25,4	17,8
<b>Japão</b>	7,5	6,4	3,5	2,8
<b>América Latina (Aladi)</b>	10,4	23,0	16,3	22,8
<b>MERCOSUL</b>	4,2	15,3	5,5	10,1
<b>México</b>	1,6	1,4	3,9	3,2
<b>Restante da Aladi</b>	4,6	6,3	7,0	9,5
<b>China</b>	1,2	2,3	4,2	6,1
<b>Outros</b>	24,2	22,2	25,5	29,1

Fonte: Secex/MDIC em BNDES (2007: 4).

Nesse quadro, complementando o Mercosul, cujo caráter estratégico já vimos assinalado por Marini, surge com menos alarde a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana (IIRSA), que traça o objetivo de “realizar ações conjuntas para impulsionar o processo de integração política, social e econômica sul americana, incluindo a modernização da infra-estrutura regional e ações específicas para estimular a integração e o desenvolvimento de sub-regiões isoladas”, concebendo a América do Sul como “um espaço econômico plenamente integrado, para o qual é preciso reduzir ao mínimo as barreiras internas ao comércio e os gargalos na infra-estrutura e nos sistemas de regulação e operação que sustentam as atividades produtivas em escala regional”. Atualmente está composto de 335 projetos de financiamento de infra-estrutura, com investimentos da ordem de US\$ 37,5 bilhões financiados via Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Corporação Andina de Fomento (CAF) e Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) distribuídos em dez Eixos de Integração e Desenvolvimento, em grande parte executados pelas empreiteiras brasileiras<sup>21</sup>. O projeto chama atenção por ser planejado e gerido pelos governos sul-americanos, financiado por capitais locais e sem intervenção direta dos Estados Unidos, desempenhando na América do Sul um papel complementar ao projetado para o Plano Puebla-Panamá no norte, de pavimentação da infra-estrutura para circulação de mercadorias.

Como projeção política desse subimperialismo não podemos deixar de observar que o avanço do discurso integracionista oficial tem andado *pari passu* com o aumento do intervencionismo do Estado brasileiro sobre questões internas de seus vizinhos, como se pode verificar com as movimentações relativas a Equador, Venezuela, Paraguai e Bolívia, onde as intervenções em favor da “estabilidade” no vizinho convulsionado por insurreições populares se sucederam durante o governo Lula, especialmente a partir da crise de 2003<sup>22</sup>. As relações se tornaram mais complexas após maio de 2006, com a renegociação dos contratos de exploração de hidrocarbonetos e o esforço de contenção

---

21 Lançada em 2000 na capital brasileira, a iniciativa tem no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social um de seus principais financiadores. Informações e citações retiradas de <[www.iirsa.org](http://www.iirsa.org)> acesso em 13 de fevereiro de 2007.

22 O governo brasileiro desempenhou um papel decisivo ao resgatar o presidente deposto Lucio Gutierrez em 2005, enquanto a Petrobras está entre as grandes petroleiras a atuar na Amazônia equatoriana. Com a Venezuela, uma política aparentemente ambígua para uns e ingênua para outros se deslindou progressivamente dos aspectos políticos das propostas de integração bolivariana, buscando enquadrar as relações no plano fundamentalmente comercial. Em relação ao Paraguai, os “interesses nacionais” se estendem da Usina Hidrelétrica de Itaipu aos plantadores de soja e a presença na vida política do país vizinho já se expressou nos asilos concedidos ao ditador Alfredo Stroessner e ao general Lino Oviedo.

de outras medidas que possam prejudicar os “interesses brasileiros” no país, como na anunciada reforma agrária, em que buscando manter garantias aos plantadores de soja brasileiros, o governo criou condicionantes para os novos programas de cooperação agrícola. O chanceler Celso Amorim avisa que: “Os tratores (que o Brasil financiará) estão vinculados à maneira como se execute a reforma agrária em zonas onde há brasileiros”, o que considera “uma indução positiva e não um condicionamento negativo” (*La Razón*, 2007).

Finalmente, não se pode pensar o subimperialismo sem sua dimensão militar, um triste capítulo que tem sido escrito no Haiti (*Época*, 2007)<sup>23</sup>. A ocupação iniciada quando a revolução haitiana completava duzentos anos foi ainda a primeira intervenção em país estrangeiro no auxílio do exército estadunidense desde o deslocamento em 1965 de tropas para a mesma ilha, na invasão da República Dominicana. Com o aval da ONU, não foi difícil predispor os países americanos a assumir as operações, liberando as tropas dos países centrais para atuarem nos focos mais conflitivos e estrategicamente prioritários e traduzindo para a realidade regional a agenda militar imperialista<sup>24</sup>. A temática do terrorismo é substituída pelo combate às drogas e às organizações criminosas internacionais, sempre enfatizando a “defesa das instituições democráticas”.

### **UM ESBOÇO DE CONCLUSÃO: SEGUIR PARA ONDE APONTA A BÚSSULA?**

Vimos nesse trabalho alguns elementos históricos que influenciaram na relação entre brasileiros e americanos em geral, sendo essa relação marcada por uma alteridade que por muito tempo foi parte da constituição da identidade nacional do país. Também pudemos analisar algumas particularidades de sua integração aos centros do imperialismo, que foram determinantes para consolidar o distanciamento em relação aos vizinhos. Por outro lado, apontamos algumas manifestações de um incipiente sentimento de solidariedade continental, numa tradição prematuramente silenciada, mas que reaparece em distintos momentos históricos e que merece ser recuperada para um pensamento continental a partir do Brasil. Seria impossível e nem poderia eu querer aqui dar conta de todas as questões levantadas em torno do tema proposto, de modo que espero ter instigado uma reflexão crítica

23 Destaco aqui apenas esse episódio, chamando atenção para as movimentações, no segundo semestre de 2007, no sentido de ampliação dos investimentos na indústria bélica.

24 Os países americanos que apoiaram a intervenção com contingentes policiais e militares foram: Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, El Salvador, Equador, Guatemala, Paraguai, Peru e Uruguai.

sobre alguns desses aspectos e ensaio aqui apenas alguns comentários que, mais do que conclusivos, pretendem abrir a possibilidade de futuras abordagens.

O desenvolvimento recente dos processos sociais em Nossa América, coloca portanto um dilema para além da dicotomia imperialismo ianque ou libertação nacional. À permanente ameaça assimilacionista da potência do norte, soma-se o a ação subimperialista do Brasil que, até o momento, teve um efeito complementar em relação a Washington<sup>25</sup>. Uma volta aos parâmetros panamericanistas não está totalmente descartada, com a possibilidade de uma contraofensiva nos moldes dos anos sessenta aos oitenta. Porém, com o foco de confrontação a nível mundial voltado para o Oriente Médio e a Ásia e com o recuo recente de propostas assimiladoras como a ALCA e o Plano Colômbia, o modelo de intervenção imperialista parece buscar uma ação coordenada entre os países que negociam a tutela e o alinhamento automático em troca da garantia de fluxo de capitais e da assistência militar ou como moeda de barganha regional (Colômbia, Chile, El Salvador, Uruguai, Paraguai, México) e aqueles que trilham em maior ou menor medida o que chamamos aqui genericamente de neo-desenvolvimentismo (Brasil, Argentina e, a depender do desenrolar dos processos, Equador e Bolívia). A ocupação do Haiti e a IIRSA seriam exemplos desse modelo de intervenção<sup>26</sup>. Nesse sentido, resulta inócuo e perigoso ou, na melhor das hipóteses, contraditório, um projeto que se pretenda de esquerda e reivindique o fortalecimento do Estado, a aliança com setores da burguesia nacional ou a formação dessa burguesia, o velho projeto desenvolvimentista colocado de forma abstrata e sob novas roupagens.

A posição que o Brasil ocupa hoje no quadro das relações interamericanas é inédita, tendo suas origens tanto no contexto mais imediato como no conjunto de transformações estruturais por que todo o continente passou ao longo do século XX. Essa posição torna urgente um debate sério sobre as possibilidades de integração colocadas no horizonte. Do ponto de vista das classes dominantes, o debate começa a ser refeito em função da agudização da luta de classes a nível continental e do surgimento, ainda tímido, de um debate mais consistente sobre

---

25 Eis um ponto que os críticos da política “antiamericana” do governo Lula não conseguem ou não querem explicar. Dentre os recorrentes ataques da mídia brasileira à política externa “ideologizada” do atual governo, deu-se bastante repercussão às declarações do ex-embaixador em Washington que, apesar de lançar críticas duras à “doutrinação obrigatória” dentro do Itamaraty a seu “antiamericanismo atrasado”, reconhece a melhora das relações entre os dois países nos últimos anos (*Veja*, 2007).

26 Um modelo similar de intervenção foi ensaiado para o Plano Colômbia e suas variações (Plano Patriota, Iniciativa Regional Andina), mas a resistência brasileira e da maioria dos vizinhos a inviabilizou.



as alternativas de superação do capitalismo. Para delimitar o campo de atuação do integracionismo oficial, empreende-se uma campanha contra a “ideologização” da política externa, ora em nome dos laços históricos com os Estados Unidos, ora em nome de um “pragmatismo” que alega não se poder abrir mão do maior mercado consumidor do mundo. Ao mesmo tempo, exige-se uma postura mais dura com os vizinhos, recuperando antigas imagens de um Brasil estável cercado de republiquetas imprevisíveis, ao gosto de seus caudilhos. Pela primeira vez ameaçados pelas nacionalizações, apela-se à defesa de “nossos interesses” e para o uso da cláusula democrática do Mercosul, que lhe daria o caráter intervencionista outrora atribuído à OEA.

Não por acaso, o processo bolivariano é demonizado como o grande vilão da integração do continente. A despeito das diversas críticas a que possa ser submetido, é preciso reconhecer que o avanço do processo venezuelano possibilita levar o debate sobre a integração para um outro patamar por três motivos principais: a) recupera uma tradição autenticamente integradora, inaugurada por Bolívar e continuada por Martí, Sandino, Mariátegui, Che Guevara; b) busca recolocar o debate sobre o socialismo como uma alternativa real para os movimentos de massas americanos; c) coerentemente com os pontos anteriores, associa-se à revolução cubana, síntese das experiências de construção do socialismo e do esforços de integração do continente.

A incompatibilidade desse projeto, que busca efetivar-se através da Aliança Bolivariana das Américas, com os esforços neo-monroistas/desenvolvimentistas tem sido expressa recorrentemente pelo presidente venezuelano, com mais veemência na IV Cúpula das Américas (Mar del Plata, novembro de 2005), quando se celebrou o congelamento da ALCA. Em seguida, nas reuniões da Comunidade Sulamericana de Nações (Cochabamba, dezembro de 2006) e do Mercosul (Rio de Janeiro, janeiro de 2007) os dois projetos estiveram indiretamente contrapostos, com o presidente brasileiro buscando projetar a liderança do país na conformação de um mercado regional e Hugo Chávez mostrando as contradições desse modelo e defendendo uma integração em novas bases.

Para o Brasil, coloca-se portanto a possibilidade de enveredar por trilhas hegemônicas assumindo, de maneira mais ou menos original o rol de pivô da integração imperialista da América do Sul. A esta coloca-se a alternativa de um diálogo desde baixo, que possibilite retomar pontes de construção de uma identidade indo-negro-latino-mestiça-americanista, superando os termos com os quais nos é permitido pensar atualmente, exclusivamente nos marcos da atual institucionalidade dos Estados-nações. Para isso, é fundamental recuperar algumas

experiências que mencionamos neste trabalho, além de inúmeros intelectuais, artistas, revolucionários, movimentos sociais que ajudaram a pensar o Brasil como parte de Nuestra América. E como Ruy Mauro Marini me pareceu um eixo adequado neste esforço inicial, creio que seja válido concluir com algumas de suas observações que apontam nessa perspectiva:

É evidente que esse resultado não pode ser alcançado sem que a integração econômica signifique também avançar em direção à integração política, que aponte para um Estado supranacional na América Latina. As atuais discussões sobre a reforma do Estado, que se desenvolvem em todos os países da região, não chegarão a bom termo se não partem da noção de que o antigo ideal bolivariano se encontra re-atualizado pela própria vida e que, para além de dados geográficos, históricos e econômicos, nenhum país latino-americano é hoje viável isoladamente. Chegamos àquele ponto em que nossa sobrevivência como brasileiros, mexicanos, chilenos, venezuelanos depende de nossa aptidão para construir novas superestruturas políticas e jurídicas, dotadas da capacidade de negociação, resistência e pressão indispensável para ter efetiva presença ante os super-Estados que já existem ou estão emergindo na Europa, Ásia e mesmo na América (Marini, 1993).

## BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Paulo Roberto de 2003 “Uma frase (in)feliz?: o que é bom para os EUA, é bom para o Brasil?” em <[www.pralmeida.org/05DocsPRA/992BomEUAbomBrasil.pdf](http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/992BomEUAbomBrasil.pdf)> acesso 15 de fevereiro de 2008.
- BBC 2006 “Emergentes nunca investiram tanto no exterior, diz relatório” em <[www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/10/061016\\_investimentos\\_unctad\\_pu.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/10/061016_investimentos_unctad_pu.shtml)> acesso 25 de fevereiro de 2008.
- BNDES 2007 *Visão do desenvolvimento*, N° 23, 25 de julho.
- Bomfim, Manoel 1997 (1929) *O Brasil na América. Caracterização da formação brasileira* (Rio de Janeiro: Topbooks).
- Bomfim, Manoel 2005 (1905) *América Latina. Males de origem* (Rio de Janeiro: Topbooks).
- Bonavides, Paulo e Amaral, Roberto (orgs.) 2002 *Textos políticos da história do Brasil* (Brasília: Senado Federal) Vol. 1.

- Bueno, Clodoaldo 1995 *A república e sua política exterior (1889 a 1902)* (São Paulo: UNESP/Fundação Alexandre de Gusmão).
- Bueno, Clodoaldo 2004 “Pan-Americanismo e projetos de integração: temas recorrentes na história das relações hemisféricas (1826-2003)” em *Política Externa* (Rio de Janeiro) Vol. 13, Nº 1.
- Burns, Bradford E. 2003 *A Aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as relações do Brasil com os Estados Unidos* (Rio de Janeiro: EMC).
- Cadernos do CHDD* 2003a (Brasília) Nº 2.
- Cadernos do CHDD* 2003b (Brasília) Nº 3.
- CEPAL 2003 *América Latina y el Caribe. Información general y estadísticas* em <[www.alternativabolivariana.org](http://www.alternativabolivariana.org)> acesso 18 de agosto de 2008.
- Chacon, Vamireh 1983a *Abreu e Lima, general de Bolívar* (São Paulo: Paz e Terra).
- Chacon, Vamireh (org.) 1983b *Da Confederação do Equador à Grã-Colômbia* (Brasília: Senado Federal).
- Cunha, Euclides da 1975 (1907) *Contrastes e confrontos* (Rio de Janeiro: Record). Em <[www.euclidesdacunha.org.br/](http://www.euclidesdacunha.org.br/)> acesso 13 de janeiro de 2007.
- Dias, Maria Odila Leite da Silva 1982 “A interiorização da metrópole (1808-1853)” em Mota, Carlos Guilherme (org.) *1822: dimensões* (São Paulo: Perspectiva).
- Época* 2007 (São Paulo) Nº 493, 29 de outubro.
- Fernandes, Florestan 1981 *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (Rio de Janeiro: Zahar).
- Folha de São Paulo* 2008 “Múltis brasileiras investem mais no exterior” em <[www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u373383.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u373383.shtml)> acesso 18 de fevereiro.
- Furtado, Celso 1972 *Breve historia económica de América Latina* (La Habana: Editorial de Ciencias Sociales).
- G1* 2006 “Empresas brasileiras vão às compras no exterior” em <[www.g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,AA1393470-9356,00.html](http://www.g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,AA1393470-9356,00.html)> acesso 25 de fevereiro de 2008.
- Garcia, Eugênio 2004 *El significado del pan-americanismo en la política exterior (1889-1961)* em <[www2.mre.gov.br/irbr/irbr2/livros/PonenciaPanamericanismo2a.pdf](http://www2.mre.gov.br/irbr/irbr2/livros/PonenciaPanamericanismo2a.pdf)> acesso 25 de fevereiro de 2008.

- Garcia, Eugênio 2005 *Cronologia das relações internacionais do Brasil* (Rio de Janeiro/Brasília: Contraponto/Funag).
- Guerra Vilaboy, Sergio 2006 *Breve historia de América Latina* (La Habana: Editorial de Ciencias Sociales).
- Katz, Claudio 2006 “América Latina: socialismo ou neo-desenvolvimentismo” em <[resistir.info/varios/socialismo\\_neodesarrollismo\\_p.htm](http://resistir.info/varios/socialismo_neodesarrollismo_p.htm)> acesso 15 de fevereiro de 2007.
- La Razón* 2007 “Brasil ayudará si el país respeta a sus agricultores” em <[www.la-razon.com/versiones/20070201\\_005804/nota\\_262\\_385713.htm](http://www.la-razon.com/versiones/20070201_005804/nota_262_385713.htm)> acesso 25 de fevereiro de 2008.
- Lima, Manuel de Oliveira 1980 (1907) *Pan-americanismo (Monroe, Bolívar, Roosevelt)* (Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal/Fundação Casa de Rui Barbosa).
- Lisboa, Miguel Maria 1866 *Relação de uma viagem a Venezuela, Nova Granada e Equador* (Bruxelas: A. Lacroix, Verboeckhoven e Cia.).
- Lyra, Heitor 2001 (1919) “O panamericanismo no Brasil antes da declaração de Monroe” em *Revista Americana: uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual: 1909-1919* (Brasília: Senado Federal).
- Marini, Ruy Mauro 1974 *Subdesarrollo y revolución* (México DF: Siglo XXI). Em <[www.marini-escritos.unam.mx](http://www.marini-escritos.unam.mx)> acesso 15 de fevereiro de 2007.
- Marini, Ruy Mauro 1977 “La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo” em *Cuadernos Políticos* (México DF) Nº 12, abril-junho. Em <[www.marini-escritos.unam.mx/006\\_acumulacion\\_es.htm](http://www.marini-escritos.unam.mx/006_acumulacion_es.htm)> acesso 15 de fevereiro de 2007.
- Marini, Ruy Mauro 1993 *Dos momentos en la integración latinoamericana* em <[www.marini-escritos.unam.mx/021\\_integracion\\_es.htm](http://www.marini-escritos.unam.mx/021_integracion_es.htm)> acesso 15 de fevereiro de 2007.
- Moniz Bandeira, Luiz Alberto 2005 “Brasil y las Dos Américas” em <[www.amersur.org.ar/PolInt/Bandeira0510.htm](http://www.amersur.org.ar/PolInt/Bandeira0510.htm)> acesso 25 de fevereiro de 2008.
- MRE-Ministério das Relações Exteriores-Núcleo de Apoio à Presidência *Pro Tempore* Brasileira do MERCOSUL (comp.) 2007 *América do Sul: segundo semestre de 2006* (Brasília: Funag).

*O Estado de São Paulo* 2007 “Brasileiros investem mais no exterior que no país” em <[www.estadao.com.br/arquivo/economia/2007/not20070125p19332.htm](http://www.estadao.com.br/arquivo/economia/2007/not20070125p19332.htm)> acesso 25 de fevereiro de 2008.

*O Globo* 2006 (Rio de Janeiro) 29 de janeiro.

Oliveira, Francisco de 2004 “¿Hay vías abiertas para América Latina?” em Boron, Atilio (comp.) *Nueva hegemonía mundial, alternativas de cambio y movimientos sociales* (Buenos Aires: CLACSO).

Prado, Eduardo 2003 (1893) *A ilusão americana* (Brasília: Senado Federal).

Rezek, José Francisco (org.) 1978 *Conselho de estado, 1842-1889: consultas da seção dos negócios estrangeiros. Volume 1: 1842-1845* (Brasília: Câmara dos Deputados).

*UOL Economia* 2006 “Saiba o tamanho da Petrobras na economia da Bolívia, e a importância da Bolívia para a Petrobras” em <[www.noticias.uol.com.br/economia/ultnot/efe/2006/05/02/ult1767u66304.jhtm](http://www.noticias.uol.com.br/economia/ultnot/efe/2006/05/02/ult1767u66304.jhtm)> acesso 25 de fevereiro de 2008.

*Veja* 2007 (São Paulo) em <[www.veja.abril.com.br/070207/entrevista.shtml](http://www.veja.abril.com.br/070207/entrevista.shtml)> acesso 25 de fevereiro de 2008.

Zea, Leopoldo (comp.) 1995 *Fuentes de la cultura latinoamericana* (México DF: Fondo de Cultura Económica).